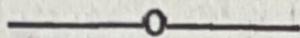


**DEPUTADO JALES MACHADO DE SIQUEIRA**  
(U. D. N. de Goiás)

# **A Lavoura e Volta Redonda**

**NA POLÍTICA ECONÔMICA DO ESTADO NOVO**

Discurso proferido na sessão de 10 de  
Abril de 1946, da Assembléia Nacional  
Constituinte.



## **Resposta a um tópico do discurso do Senador L. Carlos Prestes**

Declaração em ata na sessão de 28 de  
Abril de 1946, da Assembléia Nacional  
Constituinte.

O SR. JALES MACHADO — Senhor Presidente, Srs. Constituintes: antes de entrar na matéria que me traz á tribuna, aproveito a oportunidade para retificar um comentário, que os jornais vêm publicando, a propósito de Goiás:

“Enquanto em outros municípios do Brasil a luta partidária se desenrola num ambiente de incomensurável ambição, os pessedistas de Goiânia dão um exemplo de lucidez política aos seus correligionários de outros lugares, indicando para Prefeito daquela cidade o chefe da U. D. N. local. Não importa que o chefe udenista se tenha recusado — importa esta lição de ombridade e compreensão”.

Seria, de fato, grande lição que Goiás daria ao Brasil se tal notícia fôsse exata, mas a verdade é que, em Goiás, a União Democrática Nacional vive debaixo de carga.

Duzentos empregos e cargos públicos estão nas mãos de parentes do ex-Interventor goiano e a atual Prefeitura, que o General Interventor ofereceu a Exma. espôsa do ex-Interventor, que não a aceitou, teve indicado, para ocupá-la, um seu irmão, o atual Prefeito de Goiânia. Os demais cargos estão em mãos de pessedistas.

O Sr. *Dario Cardoso* — E' menos verdadeira a afirmativa do orador de que em Goiás todos os postos estão sendo ocupados pelos pessedistas, porquanto duas Secretarias de Estado o são atualmente por udenistas.

O Sr. *Pedro Ludovico* — Uma é a Secretaria de Educação, outra a Secretaria particular do Interventor.

O Sr. *Barreto Pinto* — E o Interventor é um homem de bem, alheio á política — General Xavier de Barros.

O SR. JALES MACHADO — As notícias, de que dou conhecimento á Assembléia, foram publicadas em jornais desta Capital. Posso trazê-los aqui amanhã. Referem o número de cargos ocupados e citam os nomes dos respectivos ocupantes.

Sr. Presidente, diz o Papa Pio XII, no apêlo dirigido à consciência do mundo:

“A raça humana está ameaçada pela fome, e a fome é causa de incalculáveis distúrbios. As sementes da paz, mal foram lançadas, correm o risco de serem esmagadas antes de brotarem. A paz é necessária a todos os povos. Não há lugar para pensamentos de vingança ou represálias, ânsia de poder e domínio, nem para a caça de privilégios e aumentos de territórios. Isso foi compreendido pela Norte-America na grande ofensiva mundial contra a fome, os EE. UU. se colo-

caram generosamente à testa. A serviço dessa causa sagrada colocaram fôrças gigantêscas de produção e concentraram esforços para aprovisionar a exportação de gêneros. Sabemos que também o Canadá dentro de sua tradição de liberdade, segue o mesmo caminho. A Grã-Bretanha, ao mesmo tempo que convoca uma conferência internacional para discutir, com providencial solicitude, questões alimentares, continua a aplicar as restrições de guerra à maior parte de seus alimentos”.

Eis, Srs. Representantes, os dois países que ajudaram a derrotar o nazi-fascismo e implantaram os principios da liberdade no mundo, fazendo, portanto, o maior esfôrço de guerra, são os mesmos que hoje correm em auxilio dos que sofrem e têm fome. São êles, Srs. os grandes países imperialistas. Bendito imperialismo!

Prossigo na leitura do apêlo de S. Santidade Pio XII:

“A Argentina e o Brasil, autênticos celeiros do mundo, viram, apesar das presentes calamidades, que suas terras ilimitadas correspondiam ao cuidado que se lhes dispensava com fertilidade ainda mais ampla que antes da guerra. Agradeçam vindo em socorro de seus necessitados irmãos”.

Vejam, Srs. Representantes, que destino estaria reservado ao Brasil, se em face de suas possi-

bilidades, estivesse hoje em condições, como seria de esperar-se, de matar a fome das vítimas do grande cataclisma que assolou o mundo.

O Santo Padre, quando fêz seu apêlo, desconhecia que a produção de gêneros de primeira necessidade, da agricultura em geral, tinha sido completamente destroçada pela ditadura brasileira. A política seguida pelo ditador com relação à nossa lavoura foi a mais nefasta.

Há pouco, ouvimos o ilustre colega, Sr. Deputado Hermes Lima, descrever uma lista de lucros extraordinários. Além dela, porém, houve, no Brasil, os enriquecimentos de natureza escusa, conseguidos à custa das especulações no câmbio-negro e outros meios ilícitos, em virtude da corrupção que varreu o país de norte a sul, durante o triste período da ditadura.

*O Sr. Jurandir Pires* — V. Excia. toca num ponto fundamental, muito mais grave ainda.

O SR. JALES MACHADO — Pergunto quem terá pago todo êsse descalabro? A resposta é fácil: a lavoura. Se analisarmos todos os atos desonestos, lesadores de nossa economia, verificaremos que a única prejudicada foi a lavoura. Os industriais ganharam muito porque venderam caro, mas os principais consumidores de seus produtos eram, indubitavelmente, os lavradores. Se os transportes encareceram e acompanharam, na alta, paralelamente, a nossa inflação, era ainda a lavoura que pagava.

Quando todos os produtos industriais começaram a dar lucro, acompanhando a marcha as-

cencional da inflação, todos supúnhamos que aconteceria o mesmo com os produtos da lavoura. Mas nessa hora o Governo ditatorial criou a Mobilização da Coordenação Econômica, que permitiu ganhassem os industriais os absurdos que perceberam, enquanto os produtos da lavoura eram unilateralmente tabelados. Isto porque a política do ditador, por quase todos os seus atos, de 1940, para cá, era no sentido do continuismo. O ditador precisava agradar as massas que se conglomeravam em torno das grandes cidades, dos centros mais populosos, as que se prestavam á sua demagogia e lhe davam o título de “pai dos pobres”.

Se analisarmos tôdas as obras do Governo nesse periodo, teremos de chegar a esta dura verdade: seus atos, inclusive os de caráter social, foram exatamente na fase em que alimentava o sonho do continuismo. E — reconheçamos — a ditadura logrou os fins colimados.

O resultado das eleições de 2 de dezembro, que a todo momento nos é lançado em rosto, como argumento “tranchant” veio, exatamente, dessa política contraproducente em relação à lavoura. E não fôra o 29 de outubro, ainda hoje estaríamos sob o domínio da ditadura.

Há poucos dias, nesta Casa, o nobre Deputado Sr. Pedro Vergara tentou fazer a defesa da ditadura, respondendo ao discurso do ilustre colega Deputado Agostinho Monteiro. E é precisamente nos argumentos do Sr. Pedro Vergara, que vamos vêr a maneira como a ditadura tratou a agricultura.

O Sr. Pedro Vergara, para justificar os seus argumentos, leu a seguinte estatística sôbre o volume físico da nossa produção de gêneros alimentícios:

	<i>Toneladas</i>
1925/1929 . . . . .	14.370.000
1930/1934 . . . . .	17.372.000
1935/1939 . . . . .	18.837.000
1940/1944 . . . . .	18.569.000

Note-se que o período propriamente da ditadura vai de 1935 a 1944, exatamente quando decresceu a produção de gêneros alimentícios.

Mais a diante disse o Sr. Pedro Vergara:

“Vê-se, daí — que no período de ... 1925/1929 — a nossa produção global de gêneros alimentícios rendeu 7.894.212 cruzeiros; ao passo que, em 1944 êsse rendimento atingiu a 14.423.609 cruzeiros. Duplicou, portanto”.

Ora, Srs. Constituintes, enquanto o custo geral da vida subiu cinco vêzes, acompanhando a inflação, os gêneros alimentícios apenas duplicaram, mas no seu valôr calculado no ponto de consumo. E' preciso notar que as despesas de transportes, de comissão e outras, para que êsse gênero viessem aos mercados consumidores, acompanharam também o custo da vida e inflação. Quer dizer que, no local da produção, os gêneros alimentícios talvez não atingissem nem o nível de 1940.

Atribui, o Sr. Pedro Vergara, essa disparidade à lei econômica de Ricardo V. Striegl, e acen-  
tua:

“Destá forma — se é verdadeira a afirmação do Deputado Agostinho Monteiro, de que a nossa população cresceu, ao mesmo tempo que descreceu a nossa produção, — a culpa não pode ser atribuída ao Govêrno, — mas à lei de Striegl”.

*O Sr. Coelho Rodrigues* — Se levar-mos em conta o aumento da produção de gêneros alimentícios do Estado do Rio Grande do Sul e do Estado de São Paulo, vamos observar como nessa esfera o Estado de Minas decresceu.

O SR. JALES MACHADO — Tal como ocorreu nos demais Estados.

*O Sr. Coelho Rodrigues* — Principalmente em Minas, por causa da sua administração.

O SR. JALES MACHADO — Vejamos o que diz a lei de Striegl:

“O incremento unilateral do trabalho, sem aumento simultâneo dos demais elementos que cooperam na produção, não pode trazer consigo um incremento do produto, correlativo do incremento do trabalho”.

Aplicuemos a lei ao caso da lavoura. Para que haja produção homogênea e econômica é preciso que todos os elementos do trabalho empregados na produção acompanhem o mesmo ritmo. Suponhamos que, na mesma, o trabalho do arado seja incrementado, enquanto o da plantação segue ritmo menos acelerado. Claro está que, neste caso, o resultado geral ficará prejudicado porque o esforço da aração se adianta muito à do plantio. E' o que entendo por esta lei. Não sei como o illustre Deputado Pedro Vergara póde, com ela justificar sua asserção.

*O Sr. Galeno Paranhos* — Devo esclarecer a V. Excia., que a ação dos intermediários muito concorreu para o encarecimento dos produtos da lavoura.

*O SR. JALES MACHADO* — Concorde em que os intermediários concorreram para a elevação desse custo. Mas não foi a ditadura que permitiu que esses intermediários tanto se locupletassem?

*O Sr. Campos Vergal* — A supressão da liberdade de comércio.

*O Sr. Coelho Rodrigues* — Para contornar a ação dos intermediários, só temos uma saída: a criação de cooperativas dos pequenos produtores.

*O Sr. Agostinho Monteiro* — A ditadura, que teve poderes para tudo, não os teve para evitar a exploração do povo brasileiro.

O SR. JALES MACHADO — Nem para coibir os lucros extraordinários pagos pela lavoura. Foi por isso que chegamos a êsse estado de miséria de gêneros da lavoura.

O Sr. *Agostinho Monteiro* — Permita Vossa Excia. mais um esclarecimento. Além de tudo isso, a ditadura se fez sócia da exploração do povo brasileiro, através dos lucros extraordinários coisa que ninguém compreende e é o maior absurdo econômico verificado no Brasil.

O SR. JALES MACHADO — Como veêm os nobres colegas, a defesa da ditadura foi de todo improcedente porque baseada em argumentos sem base.

O Sr. *Domingos Velasco* — Informo ao nobre orador o que ocorreu no meu Estado: o sal e o açúcar só podiam ser obtidos pelos lavradores no mercado negro. Sou testemunha de que, mesmo o Govêrno do Estado, então exercido pelo Senador Pedro Ludovico, procurou comprar diretamente sal para distribuir aos fazendeiros goianos. Apesar dos poderes de S. Excia. êle mesmo não conseguiu evitar o câmbio negro.

O Sr. *Coelho Rodrigues* — O mercado negro era protegido pelos prefeitos.

O Sr. *Pedro Ludovico* — Contesto a V. Excelência. A exploração produzida pelo mercado negro não era tão grande assim.

O SR. JALES MACHADO — Em Goiás, atualmente, está apodrecendo grande quantidade de arroz, que não está em condições de chegar ao mercado consumidor porque o seu valor é inteiramente absorvido pelo transporte. Não pensem os colegas, porém, que se trata de transporte até a Capital Federal, mas, sim até Anápolis, que é a ponta da estrada de ferro que serve Goiás.

O Sr. Galeno Paranhos — Ha enorme disparidade sãbre os preços do arroz na fonte de produção e nos centros de consumo. A Carteira competente do Banco do Brasil, entretanto ao mesmo passo que restringe o crédito aos produtores, facilita-o aos intermediários.

O SR. JALES MACHADO — Declarou um fazendeiro que em Firminópolis, no Estado de Goiás, o arroz estava a 6 cruzeiros. Essa noticia foi publicada nos jornais desta Capital. A Cooperativa de Volta Redonda telegrafou para lá pedindo pormenores da notícia, pois lhe interessava adquirir o produto. Consultado, o fazendeiro, que é muito conhecido da representação goiana nesta Casa, o Sr. Quincas Borges, informou que de Firminópolis a Nazário, o preço do saco de arroz, em virtude da falta de estradas nesse Estado, era acrescido de 12 cruzeiros. De Nazário a Anápolis consumia cada saco mais 15 cruzeiros. Ao todo 27 cruzeiros; com 8 cruzeiros do saco, na origem, temos 35 cruzeiros, preço do arroz em casca. Ora em Anápolis, o arroz se vende a 30 cruzeiros. O fazendeiro perderia, pois 5 cruzeiros por saco.

Como exigir que a lavoura produza nessas condições? No entanto, os atuais preços são considerados, no Rio, excessivos, tanto que o Govêrno acaba de criar nova Comissão de Tabela-mento!

O ritmo da nossa produção nos tempos nor-mais, com os nossos métodos atrasados, as defici-ências de transporte, sempre acompanharam as necessidades do consumo. Durante a ditadura, porém, com a instituição de privilégios a favor de certas classes industriais, a lavoura tinha de ser — como o foi — arruinada.

Não adianta, pois, discutir a mecanização da lavoura, melhoramento de transporte. São medi-das que o govêrno tomará a seu tempo, mas não podem justificar a situação em que a lavoura se encontra presentemente.

*O Sr. Toledo Piza* — O Govêrno está conven-cido de que o tabelamento resolve tudo.

O SR. JALES MACHADO — A grande siderurgi-ca nacional de Volta Redonda, o maior galardão da ditadura, destinada a acelerar a nossa indos-trilização, tem também o seu futuro comprome-tido.

*O Sr. Barreto Pinto* — Não seja injusto meu colega.

O SR. JALES MACHADO — V. Excia. aguarde os argumentos. Quando foi projetada essa obra de caráter nacional, calculava-se o custo da pro-dução com igual ao norte-americano.

Numa conferência que seu Diretor, o atual Ministro da Viação, pronunciou no Instituto de Engenharia de São Paulo, declarou S. Excia. que o custo de produção, dos artigos de Volta Redonda, seria ligeiramente igual ao dos produtos americanos, com a diferença de que o americano seria um pouco mais barato lá, mas chegaria aqui pelo preço do produto de Volta Redonda.

*O Sr. Aureliano Leite* — Sou testemunha dêsse episódio porque estive em Volta Redonda na companhia de V. Excia.

*O SR. JALES MACHADO* — Numa excursão que fizemos recentemente a Volta Redonda, interpelei ao Sr. Ministro da Viação e S. Excia. declarou que o preço da produção seria 40 a 45% superior ao do produto americano. Isso contando com a taxa de juros de 6% sôbre o capital investido.

Como S. Excia. bem explicou, o material estrangeiro subiu 20% e o nacional, bem como a mão de obra, subiram 500%. Essa elevação devemos-la à ditadura, porque permitiu um grande encarecimento de vida, espalhando dinheiro a rôdo elevando o meio circulante e assim comprometendo o futuro destinado a Volta Redonda. Realmente, se a sua produção fica mais cara 45%, concluimos que o govêrno terá de lançar mão das tarifas para proteger o artigo nacional de Volta Redonda e defendê-lo da concorrência americana.

*O Sr. Jurandir Pires* — Se assim fosse poderíamos declarar que o Brasil é de uma felicidade imensa. A verdade é que êsse aumento será de

45% acima das defesas alfandegárias já existentes. Daí ser superior na realidade, a 70%, para não dizer 100%. Agora, se pudessemos ter uma indústria no Brasil que fosse 40% mais cara que a estrangeira, devíamos realizá-la com grande acoadamento, porque o que importa, no país é aumentar a produtividade por unidade humana, e só a indústria pode aumentar essa produtividade.

O SR. JALES MACHADO — O resultado é que a produção de Volta Redonda vai pesar na nossa economia futura e esse resultado nefasto já está aparecendo no seguinte fato: as ações de Volta Redonda estão caindo, enquanto as de outras companhias siderúrgicas estão osubindo porque os interessados prevêm a alta de material. Eles sabem que as tarifas eliminarão do nosso mercado a concorrência americana.

O Sr. *Jurandir Pires* — E' a própria lei de J. B. Say e Ricardo, lei que declara que o preço final de uma utilidade é fixado pelo custo de produção mais alto. Se o custo de produção em Volta Redonda é mais alto que em Monlevade, as ações de Monlevade se elevam pela redução relativa de seu custo.

O Sr. *Daniel de Carvalho* — Em relação a Volta Redonda, pediria ao nobre colega que aguardasse o funcionamento da usina porque estamos argumentando apenas com hipótese. Em breve teremos os fatos.

O SR. JALES MACHADO — A informação que recebi foi dada pelo Diretor da Companhia e nin-

guém nega que nessa informação há um certo otimismo. Aliás, S. Excia. responsável pelo resultado do empreendimento, não poderia ser pessimista.

*O Sr. Aureliano Leite* — E, na realidade, trata-se de um grande administrador.

*O SR. JALES MACHADO* — Estou de acôrdo. A questão porém, é que a ditadura criou êsse custo de vida elevado, arrastando as melhores iniciativas ao fracasso.

*O Sr. Daniel de Carvalho* — Volta Redonda já entrou em produção, já foram vistos os seus lingotes, as fôlhas de flandres, os trilhos? Não. De maneira que estamos ainda no terreno das hipóteses, das previsões.

*O SR. JALES MACHADO* — Hipóteses roseas!

*O Sr. Daniel de Carvalho* — O Sr. Edmundo de Macedo Soares foi realmente a principal figura, homem dinâmico a quem se deve essa realização. Devo, porém, informar a V. Excia. que, neste momento, estamos fazendo prognósticos, previsões, quando as providências ainda estão sendo tomadas por parte da Companhia. Ainda há dias, assisti a uma Assembléia Geral e ouvi a exposição feita pelo atual presidente da companhia Cel. Raulino de Oliveira. Insisto, pois, que aguardemos os fatos, não tirando conclusões de meras conjecturas.

O SR. JALES MACHADO — Agora, aguardemos os fatos, e que eles não sejam contrários aos intuitos que V. Excia. alimenta, isto é, que a produção seja mais barata, para que consulte os desejos e interêsses de todos os brasileiros.

O Sr. *Jurandir Pires* — Mas há várias medidas com as quais pode ser melhorada a situação. Elas têm que ser aplicadas com coragem, para que enfrentemos resolutamente o problema.

O Sr. *Coelho Rodrigues* — Basta a instalação de uma oficina de estruturas metálicas para aumentar desde logo a renda de Volta Redonda.

O SR. JALES MACHADO — Sr. Presidente, o lamentável o doloroso para o Brasil é ver que o governo atual vai seguindo o mesmo caminho da ditadura. Ainda agora foi criada a Comissão Central de Preços. Vamos ter a revivescência da Coordenação da Mobilização Econômica, vamos ter, dentro em pouco, o câmbio negro imperando em todos os cantos do Brasil.

E' preciso que o governo resista às solicitações das massas, não raras vezes fermentadas pela demagogia, e vá em auxílio da lavoura; é preciso que o governo permita o aumento dos preços dos produtos da lavoura, porque, do contrário, não teremos produção de espécie alguma, antes teremos a ruína do homem do campo, que se agrava todos os dias. O nosso homem do campo vive sub-nutrido, como aqui já o provou o ilustre, colega, Sr. Deputado Agostinho Monteiro.

Se o Govêrno não quer que as massas das cidades sofram as consequências da alta dos productos agricolas que subvencione a lavoura.

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao nobre orador que está findo seu tempo.

O SR. JALES MACHADO — Vou concluir, Sr. Presidente.

Esta foi a política seguida pela América do Norte, durante a guerra, subvencionando os productos da lavoura com impostos tirados das classes abastadas e permitindo, assim, que as classes menos favorecidas consumissem productos mais baratos, sem sacrificar a produção. Essa a política que se impõe, no momento, no Brasil.

E' preciso que se tenha a coragem de romper com a demagogia, com a mania de agradar as classes pobres, afim de que passamos, realmente, entrar numa fase de intensa produção agricola e de desenvolvimento que permitam a mecanisação da lavoura e o mais que ela espera dos govêrnos bem intencionados. (*Muito bem. Palmas*).